

**CONHECIMENTO, RAZÃO E ILUMINAÇÃO: PRINCÍPIOS DA
EPISTEMOLOGIA DE SANTO AGOSTINHO**

**KNOWLEDGE, REASON, AND ENLIGHTENMENT: PRINCIPLES OF THE
EPISTEMOLOGY OF SAINT AUGUSTINE**

**CONOCIMIENTO, RAZÓN E ILUMINACIÓN: PRINCIPIOS DE LA
EPISTEMOLOGÍA DE SAN AGUSTÍN**

Guilherme Augusto de Carvalho¹.

¹ Mestre em filosofia pela Universidade Estadual de Maringá, professor no Centro
Universitário Internacional UNINTER, Curitiba/PR, Brasil. E-mail:

guilhermehaw@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3944-6398>

RESUMO

O presente artigo acadêmico tem o objetivo de analisar a teoria do conhecimento de Agostinho, a partir das influências que o filósofo recebeu do platonismo e do neoplatonismo em consonância com a teologia cristã. A pesquisa percorre três temas indispensáveis: A função dos sentidos para o desenvolvimento do conhecimento, a diferença de razão inferior e razão superior, e a teologia da iluminação. Inicialmente, Agostinho expõe que os sentidos servem como princípio para o conhecimento, entendendo, contudo, que é função da alma e não ao corpo, a aptidão de produzir a sensação. No plano epistemológico, ele distingue a razão inferior, que se inclina para o mundo material e o saber empírico, da razão superior, direcionada para as verdades eternas. Em seus textos tardios, Agostinho abandona a reminiscência platônica e estrutura a doutrina da iluminação, onde o acesso às verdades imutáveis só é possível mediante a iluminação divina. Esta concepção revela o quanto a razão e a fé são inseparáveis na filosofia agostiniana, estabelecendo uma teoria do conhecimento que harmoniza filosofia com a teologia e que exerceu uma grande influência na filosofia medieval.

Palavras-chave: Conhecimento; Razão; Iluminação; Epistemologia.

ABSTRACT

This academic article aims to analyze Augustine's theory of knowledge, based on the influences the philosopher received from Platonism and Neoplatonism in conjunction with Christian theology. The research covers three indispensable themes: the function of the senses in the development of knowledge, the difference between inferior and superior reason, and the theology of illumination. Initially, Augustine explains that the senses serve as a principle for knowledge, understanding, however, that the ability to produce sensation is a function of the soul and not the body. On the epistemological level, he distinguishes between inferior reason, which inclines towards the material world and empirical knowledge, and superior reason, directed towards eternal truths. In his later texts, Augustine abandons Platonic reminiscence and structures the doctrine of illumination, where access to immutable truths is only possible through divine illumination. This conception reveals how inseparable reason and faith are in Augustinian

philosophy, establishing a theory of knowledge that harmonizes philosophy with theology and which exerted a great influence on medieval philosophy.

Keywords: knowledge; Reason; Enlightenment; Epistemology.

RESUMEN

Este artículo académico tiene como objetivo analizar la teoría del conocimiento de Agustín, basándose en las influencias que el filósofo recibió del platonismo y el neoplatonismo, junto con la teología cristiana. La investigación abarca tres temas fundamentales: la función de los sentidos en el desarrollo del conocimiento, la diferencia entre la razón inferior y la superior, y la teología de la iluminación. Inicialmente, Agustín explica que los sentidos sirven como principio del conocimiento, entendiendo, sin embargo, que la capacidad de producir sensaciones es una función del alma y no del cuerpo. En el plano epistemológico, distingue entre la razón inferior, que se inclina hacia el mundo material y el conocimiento empírico, y la razón superior, orientada hacia las verdades eternas. En sus textos posteriores, Agustín abandona la reminiscencia platónica y estructura la doctrina de la iluminación, donde el acceso a las verdades inmutables solo es posible mediante la iluminación divina. Esta concepción revela la inseparabilidad de la razón y la fe en la filosofía agustiniana, estableciendo una teoría del conocimiento que armoniza filosofía y teología y que ejerció una gran influencia en la filosofía medieval.

Palabras clave: Conocimiento; Razón; Ilustración; Epistemología.

INTRODUÇÃO

Dentre os muitos assuntos abordados por Santo Agostinho, destaca-se o problema do conhecimento. A explicação acerca de como o conhecimento humano se dá constitui um dos assuntos trabalhados por ele, sendo possível perceber uma grande influência do platonismo em seus primeiros textos, contudo, também constatamos que, gradualmente, Agostinho aprimorou sua forma de compreensão do tema, se distanciando dessa corrente filosófica.

Agostinho de Hipona e a sua teoria do conhecimento retratam de forma fiel uma síntese do platonismo e da fé cristã. Sendo influenciado principalmente pelo platonismo e o neoplatonismo, ele reestrutura a reminiscência platônica, bem como o conhecimento sensível e o inteligível, desenvolvendo em seus escritos tardios uma filosofia partindo da iluminação divina.

Um dos propósitos da sua epistemologia é compreender como as pessoas alcançam a verdade, tendo em vista a relação entre os sentidos humanos, a fé e a razão. Para Santo Agostinho, a sabedoria não é oriunda apenas das experiências sensíveis, mas também da iluminação divina, que permite o acesso às verdades imutáveis. Assim sendo, a sua teoria do conhecimento não parte apenas dos conceitos filosóficos, mas usa, de igual forma, conceitos teológicos para o entendimento de Deus e da realidade.

O propósito do artigo é trabalhar a teoria do conhecimento, abordando as suas primeiras concepções sobre o assunto, como o conhecimento por meio dos sentidos, a razão superior e a inferior, e a iluminação, momento em que Agostinho de Hipona abandona a teoria da reminiscência.

Inicialmente, o artigo abordará o conhecimento através dos sentidos, mostrando os primeiros passos que Santo Agostinho deu em sua teoria do conhecimento. Após isso, serão expostas a razão inferior e a superior, discorrendo sobre o seu papel no conhecimento científico. E, por fim, será abordada a teoria da iluminação, abordada em seus escritos tardios, como conclusão do seu entendimento sobre a teoria do conhecimento.

SANTO AGOSTINHO E O CETICISMO

No decorrer de um período bem breve, Agostinho foi cético e consagrou o seu primeiro livro, escrito logo após sua conversão, a refutar o ceticismo. Em sua obra *Contra acadêmicos*, ele detecta o cerne do ceticismo como um sistema de pensamento resumido em duas principais teses: 1) não é possível a alguém conhecer coisa alguma, 2) a concordância precisa ser retirada sempre (Meconi et al., 2017, p.182).

O Bispo de Hipona é predisposto a acreditar, de modo bem simplificado, que existem apenas dois princípios para o conhecimento, sendo eles os sentidos do corpo e a mente; ademais, o ceticismo só consegue ter sucesso com o primeiro princípio. O cogito de Agostinho confirma que o ceticismo não é verdadeiro. Ele assegura que existem muitas verdades que são “eternas e imutáveis”, acessíveis apenas por meio da mente (Meconi et al., 2017, p. 188).

A teoria do conhecimento, para o Bispo de Hipona, é não intrinsecamente separada da prova da existência de Deus. Ela se identifica com a prova, tratando-se, por fim, do mesmo assunto, mas abordado de outra perspectiva. Entretanto, qualquer um dos conceitos filosóficos termina, por conduzir a pessoa a Deus (Boehner et al., 2021, p. 157).

Fitzgerald (2019, p. 264) explica que, em Santo Agostinho, a teoria do conhecimento expõe componentes intrínsecos e controversos; e, apesar disso, o âmago do conceito conservou-se idêntico durante todos os seus dias. Em sua obra *Solilóquios*, o Bispo de Hipona demonstra seu profundo anseio por conhecer a Deus e a alma. É a partir do conhecimento que o ser humano tem de si que ele consegue chegar ao conhecimento de Deus. Em *Solilóquios*, Agostinho pontua que:

Por isso, as coisas que alguém entende, ensinadas nas ciências, sem dúvida alguma ele as admite como verdadeiras, mas deve-se crer que elas não podem ser entendidas se não forem esclarecidas por outro, como que por um sol. Como no sol podem-se notar três coisas: que existe, que brilha e que ilumina, assim também no secretíssimo Deus, a quem tu desejas compreender, devem-se considerar três coisas: que existe, que é conhecido e que faz com que as demais coisas sejam entendidas. Ouso ensinar-te duas coisas, isto é, conhece-te a ti mesmo e a Deus (*Sol. I, 15*, Tradução de Adaury Fiorotti).

A sua reflexão parte da conhecida máxima de Sócrates “conhece-te a ti mesmo”, tendo, assim, um grande débito com a tradição platônica e neoplatônica a respeito da alma e seus vínculos com o mundo exterior, consigo e com Deus, assim como foi abordado na alegoria da caverna e o significado de sol em Platão, no diálogo *A República*, no qual ele descreve a subida da alma até a descoberta do bem, que o filósofo julga concomitantemente como a fonte da verdade e do ser (Fitzgerald, 2019, p. 264).

O conhecimento através dos sentidos

Em conformidade com esse ensinamento, Agostinho diferencia duas categorias de luz: a primeira categoria é de origem corporal e assimilada através da visão, e a segunda é a espiritual, que habilita a compreender a luz captada pelo olho. A primeira é o alvo do saber, e a outra é a forma de se conhecer (Boehner et al., 2021, p. 158). Agostinho explica que:

Ora, seja como for, é um absurdo completo submeter a alma ao corpo qual matéria a seu artífice. Porque a alma não é jamais inferior ao corpo, e toda a matéria é inferior ao artífice afinal. Logo, de maneira alguma a alma é matéria submetida ao corpo artífice. Sê-lo-ia, sim, se fosse o corpo que produzisse quaisquer números nela (*De mus. VI, 2*, Tradução de Érico Nogueira).

Por isso, a alma é incapaz de experimentar influência alguma a mando do corpo, sob pena de terminar ficando sujeita a ele. Em vista disso, os números expostos na alma o corpo não tem o poder de produzir. Assim sendo, ou o problema não tem solução, ou a sensação é provocada pela alma (Boehner et al., 2021, p. 159). Mondin (2018, p. 150) resume o processo explicando que: “A sensação é atividade exercida pela alma através do corpo. O corpo recebe a impressão dos outros corpos, e a alma, por intermédio das impressões recebidas pelo corpo, adquire o conhecimento do mundo corpóreo”.

É evidente que, sobre as sensações, presume-se que devem existir algumas condições do corpo. Todavia, a sensação, no entanto, e apesar disso, pode ser realizada pela alma. A conexão do corpo com a alma não pode ser entendida como um vínculo



recíproco; na realidade, a ligação é tão grande que a alma olha o corpo e, concomitantemente a isso, realiza ações independentemente do corpo e da sua influência. De maneira que, sempre que alguma ação física provoca alguma mudança corporal, a alma a compreende de modo dinâmico e, ao perceber, provoca a sensação (Boehner et al., 2021, p. 159).

O modo como a sensação acontece pode ser explicado da seguinte maneira. Supõe-se que o ouvido capte uma vibração do ar, provocando, dessa forma, uma alteração no aparelho auditivo. A alma logo se atenta para tal alteração, realizando, assim, o efeito do som, o som que uma pessoa ouve (Boehner et al., 2021, p. 160).

Costa (2012, p. 26) complementa explicando que, antes de julgarmos a fé como um elemento necessário para alguém conseguir alcançar Deus, o Bispo de Hipona dá substancial importância à razão na busca do entendimento da verdade, sendo esta verdade Deus. E, em primeiro lugar, Agostinho separa as coisas sensíveis e a compreensão alcançada sobre elas, que nesse caso seria a sensação.

As sensações podem ser vistas como um modo de conhecimento espiritual; já o objeto sensível, de maneira oposta, é um elemento físico. Aqui está uma concepção com abundantes conclusões. Inicialmente, fica evidente perceber como o objeto sensível é alcançado por meio da sensação, sendo ela a causa; contudo, ela é profundamente inapta a sentir. Ao se constatar que o mel é doce, não se procura manifestar que um indivíduo percebe o doce e sim que o mel gera uma sensação de doce. O que alguém sente é uma sensação oriunda da alma; não seria correto combinar qualquer sentimento corporal com o conceito de percepção sensível. Quando alguém sente dor, exemplificando, a sensação é supostamente sentida pelo corpo; contudo, realmente, é a alma que padece por meio do corpo (Boehner et al., 2021, p. 158). Costa acrescenta: “Os objetos corpóreos são atingidos pela sensação, da qual são causa, mas eles em si mesmos são incapazes de produzir conhecimento” (Costa, 2012, p. 27).

Fitzgerald (2019, p. 264) esclarece que na explicação de Agostinho, seguindo a influência da tradição platônica, o princípio do saber localiza-se na sensação, nas coisas que o ser humano sente e imagina. Apesar disso, ele compartilha da certeza dos platônicos, que acreditam que os agentes da sensação, em sua variação, não conseguem prover um saber preciso. O que é verdadeiro se encontra no campo da alma. Dessa forma, as obras dos platônicos exercem uma grande influência ao jovem Agostinho e o ajudam a voltar-se ao seu interior, à sua alma, com o propósito de nela encontrar a verdade que não é possível achar nas coisas externas. Agostinho de Hipona explica que:

O olho da alma é a mente isenta de toda mancha do corpo, isto é, já afastada e limpa dos desejos das coisas mortais, o que somente a fé, em primeiro lugar, lhe pode proporcionar. Pois o que ainda não lhe pode ser mostrado enquanto esteja manchada e envolta em vícios — uma vez que ela não pode ver se não estiver sã — se não crê que verá, ela não se dá ao trabalho de procurar a sua saúde (*Sol.* I, 12, Tradução de Adaurly Fiorotti).

Conquanto a verdade, sendo ela absolutamente eterna e permanente, seja incapaz de habitar na alma volátil, e muito menos pode estar de posse da alma devido à sua mutabilidade, assim sendo, para o Agostinho de Hipona, como também para os platônicos, a origem e a certeza da verdade devem ser procuradas para além da alma, no brilho do Sol do saber, sendo ele o Bem, a divina luz que aclara a alma através de sua transcendente companhia (Fitzgerald, 2019, p. 264). Meconi e Stump (2017, 188-189) explicam que: “Para explicar como o conhecimento de tais verdades é possível, Agostinho adotou inicialmente a teoria platônica da reminiscência [...], que ele louvava como “a descoberta mais admirável””.

Meconi e Stump (2017, p. 189) expõem que, conforme o platonismo, Agostinho defende que o ser humano tem uma conexão cognitiva de modo imediato com as formas imutáveis e eternas, que formam o princípio fundamental para os verdadeiros julgamentos. Essa ligação cognitiva com as formas é normalmente manifestada por meio de metáforas oriundas da visão: o ser humano “vê” formas e, por conta disso, ele tem uma conexão imediata com elas, sem a necessidade de intermediadores, do mesmo modo que observamos algo que pode estar diante de nós. Além do mais, as formas são modelos de atributos que dão exemplos e exercem a função normativa para objetos comuns, que existem no mundo e não são eternos. Abordando de uma forma mais precisa, Deus emprega as formas, sendo elas conceitos da Mente de Deus, como modelos na criação que se refletem nas criaturas.

O conhecimento humano é oriundo a) da conexão imediata da mente humana com as formas, que b) acontecem antes do ser humano ter vida. A condição de existência prévia demonstra de que modo o ser humano tem a impressão de que sabe de tais verdades sem, em momento algum, tê-las aprendido (a partir do momento em que alguém entende, tal conhecimento aparece como um saber intrínseco em todos os seres humanos). Para prováveis episódios de aprendizagem, essas verdades funcionam como um procedimento de rememoração delas. Em razão disso, o ser humano veio à terra munido de um conhecimento integral, apesar de esquecido, das verdades concebidas nas artes liberais (Meconi et al., 2017, p. 189). Expondo a doutrina das formas, Hadot (2014,



p. 352–353) ensina que: “Separando-se das coisas sensíveis, a alma poderá fixar seu olhar na Forma imutável que dá forma a todas as coisas e na Beleza “sempre igual e em tudo semelhante a si mesma, que o espaço não divide e o tempo não transforma””.

Gilson (2010, p. 158-159) acrescenta que, em uma visão ampla, é possível afirmar que todo o conhecimento, cujo alvo seja de caráter corporal ou incorpóreo, suscita um componente inato para Agostinho, visto que é uma verdade o referido conhecimento. O inatismo, abordado nesse contexto, não é aquele princípio no qual a alma tem um dom original; o termo significa unicamente que, em todo o verdadeiro saber, redescobre-se um componente cuja a causa não se encontra nem em nós, e muito menos nos elementos, mas, sim, em uma origem muito mais profunda do que o interior humano. O ser humano não nasceu com a verdade incorporada em si, apesar de sua origem ser muito anterior a nós, tendo ela auxiliado os indivíduos desde o dia em que ele nasceu. Muito menos a verdade vem do nosso interior, embora lá ela esteja, e é no âmago de todas as pessoas que ela aparece. Deus é a fonte da verdade, visto que é genuíno afirmar que o ser humano é em Deus, e não que ele é em nós; sendo assim, o conceito agostiniano da alma, sobrepujando-se de alguma forma para ir de encontro com o divino mestre, não parte de si mesmo, a não ser com o intuito de se ultrapassar. Hadot (2014, p. 353) novamente complementa: “A ética fará descobrir que unicamente a alma racional e intelectual é capaz de usufruir a contemplação da eternidade de Deus e de nele encontrar a vida eterna”.

A razão inferior e a razão superior

Sobre o conhecimento científico, Agostinho explicava que ele é adquirido através da razão inferior (*ratio inferior*), sendo que ela, segundo o Bispo de Hipona, encarrega-se do âmbito corporal e busca encontrar as leis universais no sistema da abstração. Já a razão superior é o conhecimento das ideias e da sabedoria, que eleva o ser humano até Deus. A compreensão das verdades eternas, porém, adquire-se por intermédio da iluminação divina, e não através da reminiscência. Assim como Platão, Agostinho acreditava que essas verdades não são possíveis de serem adquiridas através da experiência, seja devido à contingência das coisas conhecidas, ou por conta da contingência daqueles que conhecem (Mondin, 2018, p. 150). Sobre a razão superior e a inferior, Étienne Gilson complementa:

O exercício da razão superior é, então, essencialmente submissão do indivíduo ao que lhe ultrapassa e adesão do pensamento à fonte de luz

que aclara todos os pensamentos. Suponhamos, ao contrário, que o homem opte pelo exercício exclusivo da razão inferior: ele não se volta para as Ideias, mas para seus reflexos mutáveis, ou seja, para as coisas sensíveis, das quais ele, para seu proveito próprio, apodera-se para gozá-las e explorá-las; isso é ciência (Gilson, 2010, p. 229, Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub).

Em todos os seres humanos há um homem interior e um exterior. Sobre o homem exterior, ele se compõe de todas as características que uma pessoa tem com os bichos, e o homem interior seriam as características próprias de todos os seres humanos. Tanto a vida, como as sensações, as coisas que o ser humano recorda ou todas as imagens, pertencem ao homem exterior. No entanto, é o espírito humano que avalia o que ele sente, julga os corpos e imagens, visto que ele dispõe das razões eternas. É neste ponto que nos defrontamos com a forma realmente racional, a mente, o homem interior, no preciso significado da palavra (Boehner et al., 2021, p. 168). Boehner e Gilson resumem o termo explicando que: “Em sua espiritualidade pura, portanto, o homem se abre para as ideias: simultaneamente, porém, tem de voltar a atenção para as coisas externas, a fim de apreendê-las e servir-se delas. Num e noutro caso é a mesma razão que atua” (Boehner et al., 2021, p. 168).

Mariones (2022, p. 57-58) acrescenta que é em virtude da razão que Deus fez o ser humano superior às outras criaturas e é através dela que o ser humano consegue aceitar. E também é pela razão que primeiramente o ser humano precisa pensar antes de crer; nenhum ser humano crê antes de pensar. Agostinho (*De lib. arb.* I, 18) explica que: “Em suma, dir-se-á que o ser humano está ordenado, quando a razão domina sobre estes movimentos da alma”.

A ILUMINAÇÃO

Meconi e Stump (2017, p. 189) ressaltam que, em seus escritos tardios, Agostinho abandona a teoria da reminiscência. E é atribuída à doutrina ortodoxa cristã, essa rejeição no entanto, em todas as fases de sua atividade, o Bispo de Hipona é claro ao pontuar que a existência prévia da alma é uma questão filosófica e doutrinariamente aberta. O estímulo que o levou a abandonar a teoria da reminiscência não é de âmbito doutrinário, e sim filosófico. Ele acredita que esta teoria deve ser trocada pela teoria da iluminação. Entretanto, não é possível perceber o benefício filosófico dessa mudança. Agostinho preserva a teoria da reminiscência e acredita que o conhecimento humano de

todas as verdades imutáveis seria um tema advindo do contato que a mente humana tem com as formas.

Destarte, em regra, a teoria do conhecimento de Santo Agostinho apresenta-se como impecavelmente platônica; na verdade, em muitas horas, o Bispo de Hipona elucida, retifica e vai muito além das inúmeras doutrinas dos platônicos. Exemplificando, a teoria da reminiscência, em que Platão expõe o exemplo do jovem escravo conhecedor da geometria, segundo a obra *Mênon*, é uma explicação muito conhecida por ele, mas é claro que, tanto para Platão quanto para Agostinho, não é possível alguém adquirir o conhecimento através dos sentidos, por estes estarem sempre oscilantes; o saber, de alguma forma, estará sempre exposto no âmago da razão. Apesar disso, o Bispo de Hipona não aceita literalmente a teoria da reminiscência (*Retr.* I, 4, 4); partindo, assim, da iluminação divina, e não de uma experiência de uma vida passada, que comprova a existência do saber na memória (*Trin.* XII, 24) (Fitzgerald, 2019, p. 264). Agostinho explica essa questão afirmando que: “Assim, é preferível acreditar que a natureza da alma intelectiva foi criada de tal modo que, aplicada ao inteligível segundo sua natureza, e tendo assim disposto o criador, possa ver o conhecimento em certa luz incorpórea de sua própria natureza” (*Trin.* XII, 24).

O mestre interior é Deus. E como Deus se torna conhecido por meio de nós e qual é, de forma exata, a fonte dos seus ensinamentos? Para que a sua ideia se torne clara neste intrínseco tema, o Santo Agostinho lança mão de outra metáfora, que é a da iluminação. De forma justa, esse conceito é visto de modo muito único em sua filosofia que, habitualmente, essa teoria do conhecimento, segundo Agostinho, é intitulada de “doutrina agostiniana da iluminação divina” (Gilson, 2010, p. 159).

A teoria da iluminação divina é uma doutrina que, em muitos aspectos, manifesta inúmeros obstáculos para o entendimento. Tal qual para Platão, o entendimento da verdade resulta que o Bem esclarece em conjunto com o olhar que observa determinado objeto; já Agostinho entende que toda a verdade recebida pelos indivíduos vem de Deus e só pode ser verdadeiramente conhecida à luz de sua eterna razão, existente no espírito das pessoas que conhecem a Deus (Fitzgerald, 2019, p. 265).

Boehner e Gilson (2021, p. 163) explicam a doutrina da iluminação, pontuando que a gnosiologia chega em seu desenlace nela, a doutrina foi desenvolvida a partir do neoplatonismo. Como o tema nunca foi exposto profundamente, tal exposição se torna um desafio. É uma verdade bem evidente que um ser humano, indivíduo transitório, contingente e instável, pode entender verdades eternas, essenciais e imutáveis;

entretanto, apenas Deus é eterno, imutável e indispensável; conseqüentemente, essas verdades só podem ser conhecidas por meio de um contato eminente com Deus. Boehner e Gilson acrescentam:

Para o nosso mestre, as verdades eternas e imutáveis do mundo espiritual platônico têm sua sede em Deus, que é a verdade. Não as conhecemos por meio de uma recordação ou “reminiscência” de tipo platônico, mas de uma recordação tipicamente agostiniana, isto é: mediante um ato consciente de interiorização, no qual a razão toma consciência da presença de Deus. É em virtude desta presença divina que a Verdade, ou Deus, se dá a conhecer à razão, mediante a “recordação” que lhe dá acesso à infinidade de Deus (Boehner; Gilson, 2021, p. 164, Tradução de Raimundo Vier).

O Bispo de Hipona discorre sobre a razão, pontuando-a como um terceiro princípio, ou sentido, pelo qual o sentido interno avalia todas as coisas. Nessa definição, a razão é o mecanismo ou o arbitro entre o sentido interior humano (a alma) e as imutáveis, eternas e absolutas verdades, pois como o ser humano é finito e suscetível a mudanças, não consegue entender as verdades eternas de forma direta, mas apenas por meio da interferência de leis ou regras racionais oriundas da iluminação divina. E tais normas e regras se apresentam como modelos oriundos do universo das verdades eternas, os padrões matemáticos, estéticos e éticos. Não é que esses elementos façam parte do universo das verdades eternas, ou mesmo sejam, em si mesmos, verdades, mas sim, tão somente normas ou leis pelas quais a razão avalia as outras coisas. Tais verdades eternas, universais e imutáveis se encontram no interior de todos os seres humanos, não conforme Platão explica através da reminiscência ou recordação e sim, através da divina iluminação na mente das pessoas, por meio da luz interior, a luz verdadeira que ilumina todos que nascem neste mundo (*De Trin.* XII, 24), e por meio da qual a razão consegue estar consciente da existência de Deus (Costa, 2012, p. 30-31). Agostinho acrescenta:

A partir do que foi visto, é incontestável que aquela natureza imutável que se acha acima da alma racional é Deus. Aí se encontra a primeira vida, a primeira essência. Aí está a primeira Sabedoria. É a Verdade imutável, justamente chamada a lei de todas as artes e a Arte do onipotente Artífice (*De vera rel.* V, 31, Tradução de Nair de Assis Oliveira).

Em vista disso, evitando assim uma interpretação panteísta, o Bispo de Hipona afirma que Deus, a verdade, é concomitantemente interior, já que ele se encontra na mente humana (a alma), e também transcendente, visto que é universal, já que existe na mente de todos os seres humanos, não pertencendo a ninguém em particular (Costa, 2012, p. 31).

Agostinho reitera e explica que a sua interpretação da teoria da iluminação identifica e termina por ser uma forma de resolver uma difícil questão filosófica enfrentada pela teoria da reminiscência, sendo ela: o que é compreender algo. Essa é uma questão que é fácil de ser percebida quando alguém busca detalhar qual é a transformação que ocorre quando alguém consegue entender algo que não havia captado antes, sendo também denominada de aprendizagem (Meconi et al., 2017, p. 190).

De modo geral, Agostinho entende o conhecimento humano de verdades eternas, ou mesmo entende o fato de alguém chegar ao ponto de conhecê-las, como um evento interior, no qual o conhecimento ocorre, e no qual o ser humano consegue entender o motivo pelo qual o conhecimento é verdadeiro. E elabore um passo a passo de uma prova matemática no afã de compreender. Se, nesse caso, a pessoa ainda não consegue entender, ela está simplesmente papagueando os conceitos, segundo diz o Agostinho de Hipona. Durante o tempo em que examina, entretanto, é possível ter uma fagulha de intuição e perceber como os vários pontos definem a conclusão. Há uma distinção concreta entre o momento anterior e o posterior, em que a prova havia sido entendida. Habitualmente, as pessoas descrevem tais metáforas visuais como, a título de exemplo, “o lampejo de intuição” ou “enxergar a verdade”; contudo, o Bispo de Hipona denomina esse fato de iluminação (MECONI et al., 2017, p. 190-191). Meconi pontua que:

Ele explica não apenas como temos conhecimento a priori através do contato cognitivo imaterial com objetos eternos, mas também em que consiste aprender algo, a saber, tornar-se ciente das razões por que é ou deve ser assim. A teoria da reminiscência realiza apenas a primeira dessas duas tarefas, ao passo que a teoria da iluminação realiza as duas (Meconi et al., 2017, 191, Tradução de Jaime Clasen).

A teoria da iluminação se apresenta como um princípio a respeito do entendimento e do conhecimento humano, visto que Agostinho busca elaborar uma abrangente alegoria da iluminação e visão de modo ordenado. Só é possível ver algo devido à luz que emana de algo luminoso: uma verdade eterna e imutável é compreendida (e, por conta disso, conhecida) por meio da luz concedida por Deus (Meconi et al., 2017, p. 191).

Fitzgerald (2019, p. 531) explica que Agostinho precisa da analogia de visão física e mental (*Trin.* XII, 24), em suas inúmeras alusões ao papel da luz de Deus, que transforma em possível o conhecimento. Deus tem a mesma função que o sol tem para a visão. Ele não é apenas a verdade, na qual todas as outras verdades se tornam verídicas.



Deus não é apenas a sabedoria, onde e por meio dele todos os indivíduos tornam-se sábios. Ele é a luz na qual, pela qual e mediante a qual todas as coisas entendíveis são iluminadas. Meconi acrescenta:

Assim como uma fonte luminosa produz a luz que torna o que é potencialmente visível (um objeto físico) capaz de ser atualmente visível por alguém, Deus produz “luz” que torna o que é potencialmente inteligível (uma verdade imutável eterna) capaz de ser atualmente entendida por alguém (Meconi et al., 2017, p. 191, Tradução de Jaime Clasen).

Outro aspecto que Agostinho considerou insatisfatório sobre a teoria da reminiscência seria a imprecisão a respeito do fato de que a lembrança consegue conectar as pessoas com as formas. No caso de a reminiscência ser um evento interior que acontece com as pessoas que recordam, não está evidente o processo de como ocorre a reflexão acerca do objeto da recordação: o indivíduo que relembra de algo não está em contato direto com as formas em sua mente, visto que as formas ficariam privadas dela. Por esse motivo, no lugar, ele deveria ter um modelo das formas, guardado na memória, mediante o qual ela indiretamente ou de modo imediato, estaria ligado às formas. Todavia, esses modelos são mutáveis e inconstantes, como todos os temas contingentes do nosso pensamento e, dessa forma, não conseguem assegurar a exigência imutável da verdade eterna. Nem parece eficaz responder (Meconi et al., 2017, p. 192). Agostinho conclui que: “Essas reminiscências são falsas e parecidas às que experimentamos em sonhos, quando cremos recordar ter feito ou visto o que, na realidade, não fizemos nem vimos” (*De Trin.* XI, 15, 24).

Na obra *De libero arbitrio*, o Agostinho de Hipona alega que, da mesma forma que deduzimos que existe um determinado objeto sensível, que é alcançável através dos nossos sentidos próprios e únicos, levando em conta que todos podemos ver, da mesma forma é possível concluirmos que um objeto inteligível existe porque é acessível de forma pública por todas as mentes de cada distinto indivíduo, tendo o sentido que qualquer um pode perceber: todas as pessoas entendem a mesma verdade ao concluirmos que sete mais cinco são doze. Esses objetos inteligíveis são superiores às mentes humanas, o pensamento de todos é conformado a eles, e não o contrário. A autenticidade deles é autônoma em relação à mente de todos, não sendo uma questão de disputa ou mera opinião, ela apenas é (Meconi et al., 2017, p. 192-193).

Assim, a teoria da iluminação argumenta como seria o processo do conhecimento de uma verdade *a priori* para os seres humanos, isto é, como o ser humano



toma a consciência do motivo pelo qual algo deve funcionar de determinada maneira. Tais verdades não são possíveis de ser entendidas de um modo adequado sem a possibilidade de identificar a verdade delas. O que produz os entendimentos internos quanto aos fatos de conhecimento diz respeito ao entendimento das razões que os fundamentam (Meconi et al., 2017, p. 193-194). Sobre o entendimento, Meconi e Stump (2017, 193–194) explicam que: “O entendimento próprio do conteúdo de verdades eternas e imutáveis está ligado às razões por que devem ser assim; vemos ao mesmo tempo as Formas envolvidas em tais verdades e suas interconexões que as respaldam”.

Meconi e Stump (2017, p. 193) concluem com uma pergunta, expondo que a teoria da iluminação alcança temas que estão além das verdades eternas e imutáveis e das verdades que a si mesmas se comprovam? Esse tema foi levantado por toda a Idade Média, de modo que não existiu um consenso nesse período. Quando o Bispo de Hipona detalha a teoria da iluminação, ele geralmente aborda apenas esses casos. Ao discorrer sobre o conhecimento dos elementos do mundo por meio da iluminação, Agostinho considera temas em que as coisas concretas ilustram formas — regras no universo que acatam os preceitos matemáticos, tal como a velocidade com a qual um objeto cai. Em termos gerais, ele adere ao ponto de vista de que o universo é organizado por formas e que as coisas no mundo aduzem segundo elas e, dessa maneira, são concebíveis conforme retratam verdades imutáveis eternas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do conhecimento de Santo Agostinho, propõe uma perspectiva filosófica que liga a razão à fé, enfatizando como a iluminação divina é importante na compreensão das verdades eternas, promovendo, dessa forma, um princípio que colabora com a compreensão de verdades e temas que estão além da capacidade humana.

Ao colocar de lado a reminiscência platônica e reiterar que o verdadeiro conhecimento só é possível quando é concedido por Deus, o hiponense cria uma epistemologia que influenciaria sobremaneira a filosofia medieval, promovendo princípios e conceitos que foram usados durante toda a Idade Média.

Sua distinção entre razão inferior e superior enfatiza a importância do ser humano transcender o mundo sensível para, desta forma, conseguir alcançar o verdadeiro conhecimento. Com isso, a sua filosofia não apenas contrapõe o



conhecimento humano, mas aponta para a importância da espiritualidade e da ação divina na busca pelo saber.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Tradução: Paula Oliveira e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

AGOSTINHO. **Solilóquios**; A vida feliz. Tradução: Adauri Fiorotti. São Paulo: Paulus, 2014.

AGOSTINHO. **Retratações**. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2019.

AGOSTINHO. **A trindade**. Tradução: Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2020.

AGOSTINHO. **A música**. Tradução: Érico Nogueira. São Paulo: Paulus, 2021.

AGOSTINHO. **A verdadeira religião, O cuidado devido aos mortos**. Tradução: Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2021.

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã**. 13. ed. Tradução: Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2021.

COSTA, M. R. **10 lições sobre Santo Agostinho**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FITZGERALD, F. **Agostinho através dos tempos**: Uma enciclopédia. Tradução: Heres Drian de O. Freitas; Iranildo Bezerra Lopes; Paula S. R. Coelho da Silva; Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2019.

GILSON, E. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2. ed. Tradução: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

HADOT, P. **O que é a filosofia antiga?** Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIONES, F. **Teologia de Santo Agostinho**. Tradução: Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Paulus; São Paulo: Academia Cristã, 2022.

MECONI, D. V.; STUMP, E. **Agostinho**. Tradução: Jaime Clasen. São Paulo: Ideias & letras, 2017.

MONDIN, B. **Curso de Filosofia**. Tradução: Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 2018.

Submetido em: 02/03/2026

Aceito em: 28/04/2026